

A ética protestante e o “espírito” do capitalismo: os vários tempos de um clássicoVerônica Sales Pereira¹

“Vocês sabem qual é a origem desta expressão ‘Tempo é dinheiro?’ ” Sempre com esta pergunta banal, procuramos (num trabalho, às vezes, de Sísifo) aguçar a curiosidade dos alunos recém-ingressados no curso de Relações Internacionais para a leitura de um clássico da sociologia, cujo centenário é celebrado neste ano de 2005: A ética protestante e o “espírito” do capitalismo, do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) (1).

No ano de 1905, Weber publicava, na forma de artigo, a segunda e última parte d’ A ética protestante(2) na revista *Archiv für Sozialwissenschaft*, da qual era co-editor. A primeira parte havia sido publicada em 1904, na mesma revista. Sua publicação na forma de livro ocorreria somente em 1920, mesmo ano da morte do autor. Esta edição, revista e ampliada, respondia a uma demanda que ia além do público acadêmico, revelando assim, o grande impacto de suas análises já entre seus contemporâneos.

A ética protestante fazia parte do primeiro volume dos Ensaio reunidos de Sociologia da Religião, publicados em três volumes: o primeiro, em 1920; e os outros dois, em 1921. Integrava-se, portanto, a um projeto mais amplo de Weber sobre sociologia da religião, no qual analisava as religiões das civilizações antigas não-européias, como a China, a Índia e a Palestina (o confucionismo, o taoísmo, o budismo, o hinduísmo, e o judaísmo) e a sua influência na vida cotidiana e, em particular, na conduta econômica. O fio condutor desta análise era a compreensão da especificidade do processo de racionalização na modernidade ocidental, a partir de uma perspectiva comparativa.

O protestantismo representava, em contraste, uma religião ocidental moderna, pela qual Weber vai centrar sua atenção. A ética protestante tem como objeto de análise a gênese do “espírito” do capitalismo moderno, ou seja, do capitalismo enquanto cultura, não enquanto sistema econômico, mas como conduta de vida dos indivíduos em seu dia-a-dia. Precisamente, como as idéias religiosas repercutem na vida cotidiana dos indivíduos, especialmente, no que concerne ao seu comportamento econômico. Para isto Weber analisou a ética ascética do protestantismo puritano baseada na idéia de trabalho enquanto vocação. O desenvolvimento desta ética, que tinha como pressuposto o trabalho metódico, sistemático, disciplinado, como meio para a glorificação de Deus levou a um processo de crescente racionalização na conduta de vida, e conseqüentemente também na conduta econômica, alavancando, involuntariamente, o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Esta perspectiva polemizava com o materialismo-histórico, do outro grande clássico da sociologia, O Capital de Karl Marx, mas não por “inverter” a relação entre

¹ Doutora em Sociologia e docente no curso de relações internacionais do unicentro Belas Artes

economia e cultura, argumento que, segundo Cohn, empobrece tanto a análise de Marx como a de Weber(3). Para este, “não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente “materialista” da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral. Ambas são igualmente possíveis, mas uma e outra, se tiverem a pretensão de ser, não a etapa preliminar, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica”(4).

Não queremos, todavia, trilhar por esta polêmica, ainda que ela explicita alternativas teóricas e metodológicas proficuas e complexas no campo da sociologia, na análise da sociedade moderna. Nosso objetivo é outro, portanto. Ou melhor, é mais específico. Neste 2005, data de seu centenário, quais são as questões que A ética protestante nos traz hoje para celebrá-la como um grande clássico das ciências humanas? Quais as questões que a sociedade hoje apresenta pelas quais este livro revela a sua contemporaneidade?

Retorno aqui à prosaica questão que inicia este texto e para discuti-la, retomo o escritor italiano, Italo Calvino, coincidentemente, sobrenome homônimo ao do reformador puritano, cuja doutrina da predestinação é central na análise de Weber.

Na abertura de seu livro *Por que ler os clássicos*, I. Calvino(5) apresenta algumas características que definiriam um texto clássico e que nos ajudam a discutir nossa questão não para descrever os atributos ou um caráter supostamente “intrínseco” a este “clássico moderno” que é A ética protestante, mas para refletir sobre a sua relação com os seus leitores e com o mundo.

“Por que ler os clássicos” talvez seja a pergunta implícita àquela formulada aos alunos ingressantes, sobre as origens da expressão “Tempo é dinheiro” – as quais iremos aqui descrever. Máxima moral de caráter utilitarista, criada pelo jornalista, inventor e político norte-americano Benjamin Franklin, esta expressão guarda sua origem na religiosidade puritana, cuja ética baseia-se na idéia de que todo o tempo do crente deve ser preenchido na glorificação a Deus por meio do trabalho. O ócio, o lazer, enfim, todos os prazeres associados aos sentidos e à carne, são considerados perda de tempo para esta glorificação, e por isso mesmo, pecado. Com o enfraquecimento desta raiz religiosa, permaneceu, todavia, esta relação com o trabalho e o tempo, cuja imagem típica, é aquela do “workaholic” (esta imagem encontramos não apenas nos EUA, mas nas grandes metrópoles do mundo inteiro) atravessando a rua com um sanduíche na mão, no apressado (intervalo?) de almoço entre seus inúmeros compromissos profissionais.

Esta máxima utilitarista que impulsiona as vidas dos indivíduos modernos (as nossas vidas) é interpretada pela A ética protestante, cuja leitura, paradoxalmente, requer uma temporalidade – a do ócio humanista – que, segundo I. Calvino, se estilhou com este tempo utilitarista que rege o nosso cotidiano (e, no caso, o dos alunos).

Leitura lenta e atenta que apreenda o estilo de escrever de Weber – não tão marcado n’A ética protestante -, cujas “frases longas e emaranhadas, além de orações adjetivas e digressões” serviam-lhe, segundo Bendix, de “proteção contra a frase declarativa e simples” (6). Leitura paciente e minuciosa que se atenha à abundância e extensão das notas de rodapé que, no caso da segunda versão, publicada em 1920, trazem as “anticríticas”, designação das réplicas de Weber aos autores com os quais polemizou

quando da publicação de 1904-1905 e que se tornam, assim, segundo Waizbort, um segundo texto(7).

Ora, a forma de escrever, “difícil de ler”, segundo a observação freqüente dos alunos, observação esta longe de ser falsa, e a quantidade de rodapés, sumariamente ignorada pelos mesmos, não se reduz a um mero “maneirismo”, segundo Bendix, de estudioso alemão do início do século XX, mas antes, um recurso de um homem de vasta erudição(8). Recurso do pensamento que encontra no rodapé um meio de expressão para a descontinuidade, o fragmento, a polifonia, a ginástica mental, elementos que se opõem à padronização e que manifestam uma desconfiança frente à totalidade do objeto já dada de antemão(9). Não que Weber desqualificasse a totalidade e a generalização, mas segundo Bendix, para o autor, “toda generalização era uma vitória precária sobre a infinita complexidade dos fatos”(10).

A vida moderna (a de nossos alunos, por exemplo), pautada pela jornada de trabalho (para os que estudam à noite, em particular), o longo tempo no trânsito, o excesso e a velocidade de informações, a cultura calcada na imediaticidade da imagem, opõe-se ao tempo dilatado que a leitura de um ensaio clássico, complexo em sua forma e conteúdo, requer.

Aos obstáculos deste tempo conflui a etapa de vida de nossos alunos: na juventude, como observa I. Calvino, as leituras podem ser pouco profícuas pela falta de paciência, distração, “inexperiência das instruções para os usos”, imaturidade...(11).

A despeito das resistências que estas temporalidades (individual e coletiva) impõem ao tempo de leitura que um clássico solicita, por outro lado, é justamente no contexto do tempo atual, que o clássico deve ser levado em consideração. Como ressalta I. Calvino: “Para poder ler os clássicos, temos de definir “de onde” eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal” (12). Ou nos termos de Weber, quais são os temas pelos quais nós, indivíduos em nossa teia de relações sociais, atribuímos uma significação cultural, atribuição esta que orienta o nosso interesse de conhecimento e que A ética protestante nos permitiria refletir? É justamente a expansão da religião no espaço público, na política, na economia, no lazer, para além dos limites traçados pelo modelo secular moderno, no âmbito nacional e internacional, no último quartel do século passado e início deste novo milênio (13).

A presença dos fundamentalismos religiosos no Oriente, por meio do Islamismo, e no Ocidente, por meio do cristianismo, e as suas relações cada vez mais complexas com o Estado: a participação da igreja católica polonesa na derrocada do comunismo; o florescimento e fortalecimento das repúblicas teocráticas islâmicas, como o caso do Irã, a exortação do protestantismo puritano norte-americano no governo Bush Filho, a legitimar sua política externa, sem contar com os exemplos na América Latina, na África e na Ásia...

N’A ética protestante os temas-chave da sociologia weberiana se colocam como referência para a compreensão destes processos constitutivos da modernidade e de seus desdobramentos (nem lineares, nem teleológicos, como ressalta Pierucci) (14): o desencantamento do mundo (processo religioso de “eliminação da magia como meio de salvação”), de secularização (diferenciação e autonomização das esferas sociais,

políticas, culturais e econômicas em relação à religião, levando, por exemplo, à separação entre Estado e Igreja, e o declínio da religião como elemento de integração social) e a racionalização (que abrange estes dois processos, sem se reduzir a eles).

Referência, portanto, que confere à este ensaio centenário a atualidade e o atributo de clássico. Atributo concedido pois uma obra clássica “serve” para dizer quem somos, salienta I. Calvino; mas também é clássica não porque “serve” para qualquer coisa, prossegue o autor. Afirmando, para depois negar o critério utilitarista (o mesmo da máxima citada de Franklin, a qual Weber julga com um olhar não muito animador), I. Calvino conclui que uma obra é clássica não porque “serviria” para alguma coisa, mas porque simplesmente ler os clássicos é melhor que não lê-los. Gostaríamos de concluir, citando uma outra definição sua: porque um clássico “nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”(15). O mesmo se diria sobre nós leitores: nunca terminamos de ler aquilo que se leu (quando da primeira vez). Aos jovens novatos no curso, a obra ainda está aberta à sua releitura e diálogo. No tempo certo, no seu tempo.

Notas:

1. Sobre as informações a respeito de sua publicação nos baseamos na apresentação que Antônio Flávio Pierucci faz para a edição brasileira d'A ética protestante, traduzida diretamente do alemão, por José Marcos Mariani de Macedo, publicada pela Companhia das Letras em 2004, no ano de centenário da publicação da primeira parte.
2. Abreviaremos no decorrer do texto o seu título.
3. Cohn, Gabriel, Introdução. in. Weber. São Paulo, Ática, 1986.
4. Weber, Max. in A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.p. 167 – grifos do autor.
5. Calvino, Italo. Por que ler os clássicos, in Por que ler os clássicos. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
6. Bendix, Reinhard. Max Weber, um perfil intelectual, Brasília, Ed. UNB, 1986, p. 34
7. Waizbort, Leopoldo. Pequena sociologia da nota de rodapé. Novos Estudos Cebrap, n.48, julho de 1997.
8. Bendix, op. cit., p.35.
9. Waizbort, op. cit.
10. Bendix, op.cit., p. 35.
11. Calvino, op.cit.
12. idem, p. 14
13. A discussão destas questões contemporâneas à luz do legado weberiano ver Pierucci, Antônio Flávio, Secularização segundo Max Weber. Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido. in. Souza, Jessé (org). A atualidade de Max Weber, Brasília. Ed. UNB, 2000 e Montero, Paula. Max Weber e os dilemas da secularização. O lugar da religião no mundo contemporâneo.in. Novos Estudos Cebrap, n. 65, março de 2003.
14. Pierucci, idem.
15. Calvino, op. cit. p.11